



**Centro de Humanidades Osmar de Aquino
Departamento de Geografia
Curso de Licenciatura Plena em Geografia**

LINHA DE PESQUISA

Educação, ambiente e sociedade

JEYSE PEREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA
PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CABRAL DE
ALBUQUERQUE – ALGOINHA/PARAÍBA**

Guarabira/PB

2014

JEYSE PEREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA
PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CABRAL DE
ALBUQUERQUE – ALAGOINHA/PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Humanidades Campus-III
“Osmar de Aquino”, Departamento de Geografia,
realizada para a obtenção do título de Licenciatura
Plena em Geografia, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª.
Luciene Vieira de Arruda.

Guarabira/PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586e Silva, Jeyse Pereira da.

Educação ambiental nas escolas públicas: uma prática na Escola Municipal José Cabral de Albuquerque-Alagoinha/Paraíba. / Jeyse Pereira da Silva - Guarabira: UEPB, 2014.
40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda.”

1. Educação. 2. Meio ambiente. 3. Sociedade. I. Título.

22.ed. CDD 372.357

JEYSE PEREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA PRÁTICA NA
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CABRAL DE ALBUQUERQUE –
ALAGOINHA/PARAÍBA**

Monografia aprovada em: 08/12/2014

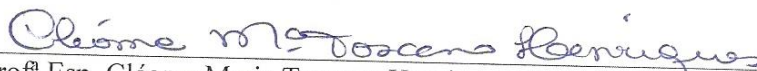
BANCA EXAMINADORA



Luciene Vieira de Arruda - Orientadora
Dr^a Em Agronomia/Universidade Federal da Paraíba
Professora do Curso de Geografia UEPB/DG/CH



Carlos Antonio Belarmino Alves - examinador
Msc. Em Ciências da Educação/ Universidade Lusófona de Lisboa/ Portugal
Professor do Curso de Geografia UEPB/DG/CH



Prof^a Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques - examinadora
Professora do Curso de Geografia UEPB/DG/CH

GUARABIRA – PB

2014

“Aprendi que mais vale lutar do que recolher tudo fácil. Antes acreditar do que duvidar”. Cora Coralina

Ao futuro da humanidade (Raysla, Kauã, Mateus e Rebeca).

Em especial a Deus, por minha existência
A minha mãe pelo amor incondicional. Amo-te
A Willian Santos (In Memória)

Dedico...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente àquele que criou o mundo, Deus e me mostrou que só respeitando o meio ambiente poderia eu colocar em prática o mandamento “amar ao próximo como a ti mesmo”.

A minha mãe que não mediu esforços para me ver chegar até aqui. Minha imensa gratidão pelos puxões de orelhas, pelas broncas, mas também pela palavras e principalmente pelo exemplo de garra e determinação. A Fabio, muito mais que marido de minha mãe, mas sim um amigo, um exemplo de homem.

Ao meu pai que, mesmo distante, acredito que em algum lugar nesse mundo ele deve estar orgulhoso.

Aos meus irmãos: Antônio, Joana Darc e Maria de Nazaré pelo carinho e pela compreensão em muitos momentos em que fui falha. Que Deus os abençoe. A minha irmã de coração Jaciana que desde o ensino fundamental até hoje sempre foi referencia na minha vida.

Aos maiores e mais infinitos amores da minha vida, meus sobrinhos Raysla, Kauã, Mateus e Rebeca, são por vocês e para vocês o motivo principal do meu trabalho. Uma busca incessante por um mundo melhor pra melhor parte de mim. VOCÊS.

Aos meus “Amigos mais chegados que um irmão”. Meus sinceros agradecimentos pelas risadas, pelos lanches de fim de semana, pelos momentos incríveis que já passamos e que ainda iremos passar. Em especial agradeço a minha “Yang” (Jacielly Farias), obrigada minha amiga por sempre estar aqui, por rir e chorar comigo.

Aos meus colegas da turma 2010.1 Tarde, pelo companheirismo durante tanto tempo. Aos amigos que a Geografia me deu Clemilson, Simone, Wellington, Claudemir, Ramon.

Aos professores que passaram ao longo destes quase 5 anos, onde cada um contribuiu para meu crescimento profissional.

A minha orientadora Prof^a Luciene Vieira de Arruda, pela paciência, comprometimento, responsabilidade e respeito com que conduziu sua orientação e pelo exemplo de professora e ser humano a ser seguido. Aos professores Carlos Antonio Belarmino Alves e a Cléoma Toscano Henriques.

A minha primeira professora do curso de Geografia Prof^a Amanda Marques, por me mostrar o quão apaixonante é essa profissão de educadora.

A dona Mariquinha e a Rayra Talyta, que me deram abrigo, carinho, e um verdadeiro lar o que me deu forças pra chegar até aqui.

A Prefeitura Municipal de Gurinhém, a Secretária Municipal de Educação de Gurinhém, ao meu local de trabalho a Escola Serafina Ribeiro, na pessoa do diretor José Robério de Alcantara, a ex - diretora Eliane Calvacanti, os quais me deram subsídios e condições de chegar até a UEPB – Campus III. Aos meus colegas de trabalho que estiveram comigo desde o início de tudo Penha, Maria, Zequinha. Em especial a Dindinha (Luciane Nascimento) pelas vezes que não me deixou desistir, me incentivou e disse que eu teria que está aqui hoje.

A Escola José Cabral de Albuquerque, no município de Alagoinha/PB, que sem a mesma não seria possível a realização desta pesquisa, uma vez que foi o objeto de estudo do meu trabalho, a diretora Ieda Silva, aos funcionários desta escola, ao Agente Comunitário e a toda comunidade da Agrovila Ribeiro Novo, a qual me viu nascer, crescer, me ensinou a ver a essência da natureza, nutrindo em mim um amor por aquela comunidade. É gratificante hoje poder estar contribuindo para a melhoria de pessoas que me passaram valores ímpares e sempre com tanto amor. Muito obrigada por acreditarem em mim.

MEU MUITO OBRIGADA!

043. CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

SILVA, J. P. **Educação ambiental nas escolas públicas: uma prática na Escola Municipal José Cabral de Albuquerque – Alagoinha/Paraíba**(Curso de Geografia, UEPB - Campus III. Linha de Pesquisa: Educação, Ambiente e Sociedade, orientado pela profª. Drª Luciene Vieira de Arruda), Guarabira, 2014, 43p.

Banca Examinadora:

profª. Drª Luciene Vieira de Arruda - orientadora

Prof. Carlos Antonio Belarmino Alves - examinador

Profª Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques – examinadora

RESUMO

A ideia do homem separado da natureza não existe “desde sempre”. Grun (2009) apresenta as visões predominantes, em cada grande momento histórico, totalmente contraditório: até o século XVI, predominava a visão de uma natureza orgânica, da qual todos os seres, inclusive os humanos, faziam parte, em processo de inter-relação e com todas as formas de vida tendo valor. É preciso fortalecer dentro da comunidade, a partir da educação formal, a importância da proteção do ambiente como extremamente necessária a vida, visando à conservação dos recursos naturais, proporcionando não só ganhos financeiros, mas uma nova concepção de vida e de uso sustentável da natureza. Esta pesquisa teve como aspecto central experimentar uma proposta pedagógica de Educação Ambiental através do Programa de Conscientização/Educação Ambiental para Escolas Públicas contextualizada na convivência com o meio rural. As atividades iniciaram-se no ano de 2012 a 2013. O primeiro passo foi à elaboração de um diagnóstico sobre o contexto da comunidade, sua escola e professores. Este subsidiou o planejamento e a escolha dos conteúdos a serem trabalhados na escola envolvida. Neste processo foram articulada a agente comunitária de saúde, a diretora, a professora, os alunos e a comunidade adotando a pedagogia da formação pela prática aliada à reflexão. Conseqüentemente, objetivo dessa pesquisa é diagnosticar as principais dificuldades e desafios enfrentados pela Educação Ambiental no Ensino Fundamental I em uma escola pública do município de Alagoinha/PB. Onde neste nível os educandos são bastante curiosos e abertos ao conhecimento, com grande facilidade de absorver ideias e também de repassarem para aqueles que estão ao seu redor. Especificamente, pretende-se abordar a problemática ambiental no currículo escolar; dialogar sobre as práticas educativas escolares e as questões ambientais na escola; formar futuros agentes ambientais e dar subsídios para a elaboração da Agenda 21 escolar e comunitária. Portanto a Educação Ambiental tem um grande desafio, educar e garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam uma relação saudável com o planeta e seus recursos, os valores éticos, crenças e respeito entre aluno, comunidade e escola

Palavras – chave: Educação, meio ambiente e sociedade

ABSTRACT

The idea of separate man from nature there is no "always". Grun (2009) presents the predominant views in every major historical moment, totally contradictory: until the sixteenth century, predominant vision of an organic nature, which all beings, including humans, were part in interrelation process and all life forms have value. Thus, it is necessary to strengthen within the community, from the formal education, the importance of environmental protection as much needed life, aiming at the conservation of natural resources, providing not only financial gain but a new conception of life and sustainable use of nature. Consequently, objective of this research is to diagnose the main difficulties and challenges faced by Environmental Education in elementary school in a public school in the city of Alagoinha / PB. At this level the students are very curious and open to knowledge, with great ease to absorb ideas and also to pass along to those who are around you. Specifically, we intend to address environmental issues in the school curriculum; dialogue on school education practices and environmental issues in school; train future environmental agents and give subsidies for the development of 21 school and community agenda. Therefore Environmental Education has a big challenge, educate and ensure the construction of a sustainable society in which promote a healthy relationship with the planet and its resources, ethical values, beliefs and respect among students, community and school.

Key - word: Education, environment and society

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Município de Alagoinha-PB.....	26
Figura 2. Escola José Cabral da Albuquerque, Alagoinha/PB	27
Figura 3. Palestra de Sensibilização na Escola José Cabral de Albuquerque, Alagoinha/PB.....	28
Figura 4. Palestra sobre Educação Ambiental na Escola José Cabral de Albuquerque, Alagoinha/PB.....	28
Figura 5. Aula de campo realizada com os alunos ao redores da Comunidade Agrovila Ribeiro Novo.....	28
Figura 6. Reconhecimento dos recursos naturais da comunidade.....	28
Figura 7. Equipe formada para a limpeza do córrego.....	29
Figura 8. Mutirão da limpeza em ação.....	29
Figura 9. Leitura e exibição de vídeo sobre o Dia do Meio Ambiente.....	30
Figura 10. Atividade interdisciplinar em comemoração ao Dia do Meio Ambiente....	30
Figura 11. Sala de Aula.....	40
Figura 12. Atividades desenvolvidas pelos alunos.....	40
Figura 13. Alunos do Infantil na conscientização da comunidade.....	40
Figura 14. Alunos, funcionários e comunidade na limpeza do córrego	40
Figura 15. Comunidade Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EA	Educação Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROCANOR	Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O SISTEMA EDUCACIONAL	14
2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E NOS PCNS.....	15
2.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	20
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO.....	21
3 MATERIAIS E MÉTODOS	23
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB.....	24
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA – A EMEF JOSÉ CABRAL DE ALBUQUERQUE, ALAGOINHA/PB.....	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO/CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CABRAL DE ALBUQUERQUE ALAGOINHA- PB.....	27
4.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO	39

1 INTRODUÇÃO

A ideia do homem separado da natureza não existe “desde sempre”. Grun (2009) apresenta as visões predominantes, em cada grande momento histórico, totalmente contraditório: até o século XVI, predominava a visão de uma natureza orgânica, da qual todos os seres, inclusive os humanos, faziam parte, em processo de inter-relação e com todas as formas de vida tendo valor. No final do século XVII com o humano capaz de invenções extraordinários, instauram um entendimento do homem como ser de maior valor, como aquele que é capaz de dominar a natureza.

Passados os anos a degradação ambiental tem alcançado níveis jamais vistos; vivemos hoje uma crise ambiental sem precedentes. Esses desequilíbrios, seguidos de resultados nefastos, contribuíram para uma série de encontros, a partir de 1968, foram ocorrendo debates para se discutir o futuro do planeta e a maneira como o homem deveria utilizar e entender a natureza. Só então o mundo sentiu a necessidade de uma reestruturação na forma do homem ver e entender o meio ambiente.

Em nosso país, a Constituição Federal em vigor (Parágrafo 1º, item VI) afirma que “o poder público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, o PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental (2005) reconhece que a “Educação Ambiental deve promover a cooperação e o dialogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, gênero, de idade, religião ou classe”.

Consta nos princípios do PRONEA¹ que a “comunidade deve ser transformada em parceira essencial do poder público na promoção da ação educativa e na formação da consciência da sociedade em favor da preservação ambiental para as presentes e as futuras gerações”, somente assim ocorrerão novos comportamentos em termos globais.

É em busca de um novo comportamento, intitulado por Naline (2001, p. XXXV) como ética ambiental, que filósofos propõem os três passos essenciais a serem seguidos pela sociedade atual: a educação, a participação e a vivência. Vale reforçar ainda que essas práticas contribuam para promover o reconhecimento da sociedade como inserida na natureza, ajudando-a a descobrir-se como parte integrante do ecossistema local e da comunidade biótica

¹ op cit.

que compartilha da mesma atmosfera, da mesma paisagem, do mesmo solo, dos mesmos mananciais hídricos, dos tipos de plantas, animais e microrganismos que convivem em um determinado nicho ecológico.

Na concepção de Dowbor (1998), para se chegar a um novo comportamento ambiental, é preciso que ocorram profundas mudanças culturais. É preciso criar a identificação de cada indivíduo, de cada família com o seu espaço de vida procurando encontrar prazer e felicidade nas coisas simples do dia a dia como ver um rio limpo, uma rua arborizada, e o compromisso com o bem público.

Assim, o Parecer 226 de 1987, do antigo Conselho Federal de Educação, destaca que a Educação Ambiental deveria começar na escola, ou seja, na educação formal, de maneira interdisciplinar, envolvendo educação, participação e vivência.

Dessa forma, é preciso fortalecer dentro da comunidade, a partir da educação formal, a importância da proteção do ambiente como extremamente necessária a vida, visando à conservação dos recursos naturais, proporcionando não só ganhos financeiros, mas uma nova concepção de vida e de uso sustentável da natureza.

A pesquisa objetiva diagnosticar as principais dificuldades e desafios enfrentados pela Educação Ambiental no Ensino Fundamental I em uma escola pública do município de Alagoinha/PB. Onde neste nível os educandos são bastante curiosos e abertos ao conhecimento, com grande facilidade de absorver ideias e também de repassarem para aqueles que estão ao seu redor. Especificamente, pretende-se abordar a problemática ambiental no currículo escolar; dialogar sobre as práticas educativas escolares e as questões ambientais na escola; formar futuros agentes ambientais e dar subsídios para a elaboração da Agenda 21 escolar e comunitária.

Faz-se necessária, portanto uma reorientação da atuação humana em sua relação com o meio ambiente. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge não só como uma necessidade, mas também como uma esperança.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada pesquisa de campo, além da observação da turma em estudo e realizado passeio nos arredores da escola, buscando entender a paisagem e sua importância.

Este trabalho é composto por três capítulos: A primeira parte baseia-se em fundamentos teóricos, na segunda parte mostra a metodologia utilizada na pesquisa e finalizada com as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica apresenta algumas abordagens sobre as práticas da Educação Ambiental (EA), na perspectiva aluno, escola e sociedade. Tendo como base principal seus conceitos, princípios e diretrizes educacionais.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O SISTEMA EDUCACIONAL

Vemos a Educação Ambiental como uma nova filosofia de vida, que deve atravessar o nosso fazer científico e acadêmico. E não apenas como uma educação ecológica que busca no conhecimento das relações entre os seres humanos e seu ambiente natural, explicações para fatores observáveis, não como atividades esporádicas que colocam as pessoas em contato com a natureza por tempo limitado, não apenas como uma disciplina inserida nos currículos escolares e que pode se perder no nosso sistema de ensino.

Lindner (2012) afirma:

O Sistema Educacional deve buscar ações e estratégias para que as pessoas entendam as relações atuais de produção e consumo, bem como as futuras implicações, decorrentes da continuidade da utilização dos recursos naturais até a exaustão, que causariam irreversíveis problemas na manutenção da vida em nosso planeta. (Lindner, p. 15, 2012).

Acredita-se, portanto, que o componente educacional deve ter a preocupação de formar e informar pessoas, com o objetivo de torná-los cidadãos conscientes e preparados para viver sob uma nova visão de sociedade.

É evidente que o desafio é construir uma proposta educacional no cotidiano da sala de aula para a sociedade, onde a possibilidade da superação da participação passiva e alienada seja substituída pela participação ativa e coletiva e despertar no aluno e na família, seu papel de cidadão, lutando contra aquilo que impede a efetivação da educação libertadora.

A expressão Educação Ambiental surgiu nos anos 70, sobretudo quando surge a preocupação com a problemática ambiental. A partir de então surge vários acontecimentos que solidificaram tais questões, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência Rio-92 em 1992, realizada no Rio de Janeiro, que estabeleceu uma importante medida, a Agenda 21 que foi um plano de ação para o século XXI visando a sustentabilidade da vida na terra, e em 2012 vinte anos depois a Conferência volta ao Brasil com Rio + 20, dentre outros.

Segundo PRONEA:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (PRONEA, Capítulo 1, p. 67. 2005)

No Capítulo 36 da Agenda 21, a Educação Ambiental é definida também como o processo que busca desenvolver uma população consciente, que se preocupe com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados, “uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos”.

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E NOS PCNS

No Brasil, desde o século XVII, há registro de leis estabelecidas sobre a proteção do meio ambiente. Conforme o passar dos anos, essas leis foram evoluindo e estendendo-se no conceito de meio ambiente que de início ficava limitado à proteção da fauna e flora brasileira. Atualmente, o conceito de meio ambiente não está restrito à natureza e ao ser humano, podendo ser dividido em duas partes: meio ambiente natural e construído (Rocco, 2002). Embora seja possível decidi-lo, não podemos esquecer que, hoje, estas partes estão em contínua relação, visto que, o ser humano é um ser social e natural. Partindo desse princípio, a Lei n. 6.938/81, especificamente, no Artigo 3º, destaca que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e integrações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (VEMAQA, 2000).

No mundo, notadamente, a partir da década de 70 (setenta) foram realizados encontros em alguns países, inclusive no Brasil, para tratar as questões ambientais dando um enfoque global. Em 1972, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente: Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, onde surgiram os princípios básicos para inserir e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente. O princípio 19 refere-se a educação em assuntos ambientais, para as gerações jovens, para os adultos e dá ênfase especial aos menos favorecidos, ressaltando que proteção e melhoria do meio ambiente em sua plena dimensão humana é de responsabilidade dos indivíduos,

empresas e comunidades (VEMAQA, 2000). A cada encontro ficava ainda mais explícita à necessidade de por em prática as decisões adotadas sobre as questões ambientais.

A realidade do planeta levou vários países a criar leis que dessem um enfoque maior aos problemas ambientais visando minimizar as agressões ambientais existentes tanto na esfera natural quanto na social. O artigo 225 da Constituição brasileira, ressalta que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Constituição com a pretensão de garantir a concretização desse direito ressalta, entre outros fatores, a importância da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, mas é preciso saber o que se entende por Educação Ambiental, que tratamento é necessário dar a ela no currículo escolar e como deve ser trabalhada no âmbito da sala de aula. Além disso, para por em prática a Educação Ambiental na escola exige dos professores um conhecimento sobre as questões ambientais a nível local, regional, nacional e mundial, não estamos dizendo que eles devem conhecer a fundo estas questões, porém sabemos que todas elas sejam de uma maneira mais simples ou mais complexa se interligam, por isso é importante que os professores conheçam essas questões.

Em consonância com a Constituição, a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, traz nos artigos 1º e 2º as seguintes afirmações:

Art. 1º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis do ensino e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (Rocco, 2002).

Tomando as abordagens legais podemos compreender que a Educação Ambiental é abrangente, pois percorre diversas instituições governamentais e não governamentais que propagam a defesa do meio ambiente, sendo este fundamental a todas as formas de vida. Entre essas instituições temos a escola, avaliada como a instituição educacional mais importante da atualidade, portanto, entendemos que a escola deve fazer valer seu papel dentro da sociedade, buscando através do manuseio de diversos componentes educacionais, formar o estudante para a vida em sociedade.

A partir do conhecimento dos princípios básicos (artigo 4º.) e dos sete objetivos fundamentais (artigo 5º.) da Educação Ambiental descritos na Lei mencionada anteriormente, entendemos o porquê de a Educação Ambiental ser um componente essencial e permanente da educação nacional, pois ela na escola pretende contribuir para a qualidade do meio ambiente, ou seja, qualidade de vida, despertando o estudante para as diferentes situações que envolvem a sua vida. Para isto é indispensável que a escola desenvolva a Educação Ambiental desde a Educação Infantil, visto que, o artigo 10 da Lei 9.795/99 expõe que ela “será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidade do ensino formal” (ROCCO, 2002).

A Educação Ambiental (EA) na escola é fundamental para a formação do cidadão, por trazer à luz as múltiplas e complexas relações envolvendo inúmeros aspectos essenciais à vida em sociedade, entretanto, necessitamos conhecer como ela é apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, para assim, conduzirmos o conhecimento de modo que contribua significativamente na formação do cidadão do campo, ou seja, no desenvolvimento de capacidades que possibilitem aos estudantes intervir na realidade para transformá-la e não para aceitá-la de qualquer forma.

O meio ambiente foi contemplado no currículo como um Tema Transversal e interdisciplinar e para estudo do meio é necessário o emprego da Educação Ambiental, uma vez que ela abrange todas as áreas do conhecimento não podendo torna-se uma matéria nem ficar restrita as disciplinas como Geografia, História ou Ciências Naturais, embora tenha um vínculo maior com estas disciplinas, por tratar as diferentes relações que ocorrem na esfera socioambiental, mas também é possível trabalhá-la em outras áreas do conhecimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, os temas transversais e ética referem-se ao meio ambiente como Tema Transversal, por conter os seguintes critérios: Urgência social, por tratar as questões graves que se apresentam como obstáculos para a cidadania; Abrangência nacional, ou seja, pertinente a todo o país; possibilidades de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, sendo possível o alcance da aprendizagem nessa etapa da escolaridade; favorecer a compreensão da realidade e a participação social, que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável (BRASIL, 2000).

Deste modo, os temas transversais trabalhados de forma contínua e integradora, possibilitam ao estudante desenvolver as capacidades vitais para se situar no mundo como ser natural, histórico e social.

Os Temas Transversais devem ser trabalhados na escola através da transversalidade e da interdisciplinaridade para poderem ser abarcados pelos discentes de maneira que possam usar a aprendizagem desses temas em suas vidas. Ao abordar a transversalidade e a interdisciplinaridade, os Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética (2000) afirma:

Ambas – transversalidade e interdisciplinaridade – se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar à teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática (PCN, 2000, p. 29)

Neste sentido, a interdisciplinaridade faz questionamento ao fato de um objeto de estudo ser trabalhado em apenas uma área do conhecimento, mesmo que o objeto estudado faça parte da realidade circundante da escola não é possível conhecê-lo se for restrito a uma única disciplina, assim a interdisciplinaridade refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. E a transversalidade busca através da prática educativa constituir uma relação entre a realidade e os conhecimentos teoricamente sistematizados, isso significa que as questões que envolvem a nossa vida devem ser trazidas para a sala de aula, de modo que possamos aprender sobre a realidade e para a realidade (BRASIL, 2000, p. 30). Assim, a transversalidade permite ao estudante enxergar um objeto de estudo por diferentes ângulos, como também, dá liberdade à escola para trazer saberes extra - escolares presentes na realidade dos estudantes, dando um sentido social aos conhecimentos aprendidos na escola.

Na Educação Ambiental, a aprendizagem da realidade socioambiental dar-se-á de maneira interdisciplinar e transversal em cada série do Ensino Fundamental, momentos em que os estudantes estão construindo seus valores, atitudes e reconhecendo normas. Essa construção é dependente das relações interpessoais que estabelecem em diferentes contextos, um deles o escolar, por isso:

[...] o grande desafio é colocar-se no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações aos interpretar suas ações. Isso envolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças (BRASIL, 2000, p. 45).

Mesmo nos primeiros anos do Ensino Fundamental podemos oferecer informações, vivências e reflexões sobre as causas e as nuances dos valores que orientam para vida em sociedade e que podem ser transformados. Pretende-se através da Educação Ambiental na

escola não é adestrar os estudantes lhes ensinando valores e normas de boa convivência sem permitir-lhes desenvolver um pensamento crítico diante das questões ambientais que de alguma maneira afeta a sua vida, mas através da “[...] relação entre autonomia e autoridade: permitir que valores e normas sejam discutidos, avaliados e reformulados” (BRASIL, 2000, p. 47), mesmo porque “estabelecer relações de autonomia, necessárias à postura crítica, participativa e livre pressupõe um longo processo de aprendizagem até que os alunos sejam capazes de atuar segundo seus próprios juízos” (BRASIL, 2000, p.47).

As relações sociais que ocorre no ambiente da sala de aula, seja professor/estudante(s) e/ou estudante/estudante(s), são oportunidades cruciais para o professor que vê o estudante como um ser historicamente situado, enfatizar os assuntos ambientais de modo a provocar situações que o leve a pensar seu papel no mundo, enquanto ser social, histórico e natural. De acordo com Travassos (2004), os estudantes carecem ser habilitados para conhecerem seu ambiente e agirem em defesa dele, visto que este os afeta ou é afetado por eles, cabendo ao professor, o papel de promover a educação para o meio ambiente.

O educador, enquanto facilitador do conhecimento precisa criar situações-problemas que envolvam as questões socioambientais presentes na comunidade onde a escola está inserida, como também as questões planetárias, e que ao longo da história da humanidade gerou e continua gerando problemas drásticos na esfera social de muitas sociedades do mundo. Neste sentido, é preciso ter consciência que apenas ensinar os conteúdos das disciplinas não ajudará os sujeitos a construir uma identidade cultural com valores ético-políticos ambientais, é necessário repensar a prática educacional voltada para formação de pessoas comprometidas com as relações presentes em seu cotidiano.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirma:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Comportamentos “ambientalmente corretos” serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser exemplos disso (BRASIL, 2000, p.29).

Em parte concorda-se com essa informação, mas acredita-se que para contribuir definitivamente com a formação do cidadão do campo, não basta desenvolver um trabalho visando alcançar apenas a conscientização e comportamentos ambientalmente corretos, se

esse é o nosso objetivo principal, significa que estamos nos orientando por uma Educação Ambiental Comportamental apoiada na psicopedagogia comportamental. Este modelo de Educação Ambiental não corresponde ao ideário da Educação do campo.

Levando em consideração a afirmação colocada pelos PCNs, salienta-se que o trabalho com a Educação Ambiental Popular na escola é fundamental na contribuição da formação do cidadão do campo, por compreender o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto denota uma prática social de formação de cidadania, onde valores democráticos, libertários e solidários são construídos a partir da construção e reconstrução do conhecimento das questões sociais.

Portanto, cabe à escola e, principalmente, ao educador a responsabilidade de direcionar o conhecimento para o estudo do meio, não reproduzindo as informações, mas levantando questionamentos sobre as questões ambientais dentro e fora do contexto campesino, com a pretensão de abrir os olhos dos estudantes para se perceberem como cidadãos que carecem de novos conhecimentos ou reformular suas ideias para fazerem escolhas, as quais possam avaliar como sendo adequadas as suas necessidades individuais e coletivas, ou seja, à sua vida. Sendo assim, incumbe ao educador a opção de escolher qual Educação Ambiental utilizar para ajudar os estudantes a se tornarem conscientes, críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, visando contribuir para uma educação libertadora dos processos de dominação.

2.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Assuntos como, ética, cidadania e respeito ao meio ambiente, devem estar presentes diariamente na rotina da sala de aula, uma vez que a Educação Ambiental vem adquirindo uma grande importância no debate com relação ao futuro do planeta e a maneira como os recursos naturais deveriam ser entendidos e utilizados, fazendo-se hoje necessário que os currículos escolares busquem desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a destruição de *habitats*.

A mesma tem como um dos principais objetivos, permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente resultante de suas interações, levando-o a promover uma ação reflexiva e prudente dos recursos naturais, satisfazendo as necessidades da humanidade. A Educação Ambiental deve, assim, favorecer uma participação responsável nas decisões da melhoria da qualidade do meio natural, social e cultural.

Em um mundo bastante conturbado, no qual vivemos atualmente, em virtude de como o homem vem utilizando inadequadamente os recursos naturais, se fazem necessário uma conscientização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que eles têm grande responsabilidade na formação cidadã de seus alunos, sendo importante que estes possam tomar entendimento acerca do que acontece e o que podem fazer para preservar o meio ambiente, e disseminem tal conhecimento para sociedade.

Segundo Munhoz (2004), uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem; instados a refletir e criticar as ações de desrespeito à ecologia, a essa riqueza que é patrimônio do planeta, e, de todos os que nele se encontram.

Para o autor supracitado, os educadores são a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais, pois buscam desenvolver em seus alunos hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

Ao longo da história da educação brasileira, a educação do campo sempre foi tratada pelo poder público com políticas compensatórias, não levando em conta o contexto, as relações sócias e culturais em que as escolas estavam situadas, as relações sociais, produtivas e culturais estabelecidas no território.

Em 1990, a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), finalmente reconhece a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença da mesma. Ela estabelece que os sistemas de ensino devem promover adequações do ensino às peculiaridades da vida rural e de cada região com conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e realidades dos alunos; organização curricular própria, adequando o calendário escolar às fases agrícolas e às condições climáticas; adequações à natureza do trabalho na zona rural.

Com a força de luta dos movimentos sociais do campo, universidades, ONGs e diferentes instituições nacionais e estrangeiras, que surgiram na década de 1990, foram tomadas iniciativas institucionais para a criação de uma política de educação no campo.

Implantando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado oficialmente em abril de 1998 com o objetivo de promover ações educativas nos assentamentos da reforma agrária, com metodologias de ensino específicas à realidade sociocultural do campo.

A escola do campo não é “um tipo diferente de escola, mas, sim, é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito” (CALDART, 2000, p. 66). Ela, além de ser um importante espaço de conhecimentos, é um território fecundo na construção de práticas emancipatórias da democracia e da solidariedade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A ação teve como aspecto central experimentar uma proposta pedagógica de Educação Ambiental através do Programa de Conscientização/Educação Ambiental para Escolas Públicas contextualizada na convivência com o meio rural.

As atividades iniciaram-se no ano de 2012 a 2013. O primeiro passo foi à elaboração de um diagnóstico sobre o contexto da comunidade, sua escola e professores. Este subsidiou o planejamento e a escolha dos conteúdos a serem trabalhados na escola envolvida. Neste processo foram articulada a agente comunitária de saúde, a diretora, a professora, os alunos e a comunidade.

As ações envolveram oficinas teóricas para reflexão conceitual; oficinas práticas de orientação para inserção da educação ambiental na escola, na comunidade e no dia a dia. Analisaram-se os resultados dessas ações, realizadas no período de 2012 a 2013, objetivando a verificação dos avanços e resultados gerados. Foi levado para sala de aula e fora dela: amostragem de vídeos, músicas, atividade interdisciplinar, atividades por escrito, leitura de textos, produção de cartazes, além de aula em campo e mutirão em favor da limpeza da comunidade e do córrego.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desse trabalho foi de grande importância a observação, as coletas de dados através de entrevistas informais referentes a Escola trabalhada José Cabral de Albuquerque e a comunidade onde localiza-se, a Vila Ribeiro Novo – Zona Rural de Alagoinha/PB, que resultaram em dados qualitativos e informações imprescindíveis à pesquisa.

Essa pesquisa apresenta abordagem qualitativa, onde o pesquisador busca entender o fenômeno tal como ocorre. Dela faz parte à obtenção de dados descritivos mediante contato direto do pesquisador com o objeto de estudo. A opção pela metodologia qualitativa foi por entender que os fenômenos humanos são complexos e para compreendê-los, torna-se essencial a percepção de atitudes, valores e crenças.

Neste sentido Deslauries (1991) afirma que “na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é

que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58 apud GERHARDT, p.26, 2009).

Como método de pesquisa foi utilizado o Método Indutivo, que tem como um dos seus fundadores Francis Bacon, onde ele defende que o conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência, sem levar em consideração princípios preestabelecidos. O “conhecimento científico, para Bacon, tem por finalidade servir o homem e dar-lhe poder sobre a natureza”.

Neste contexto foi enfatizado em campo o procedimento da observação participante da área pesquisada, através da participação na vida cotidiana da comunidade escolar estudada; conversas para descobrir as interpretações sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes momentos e situações.

3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB

O município de Alagoinha está localizado na Microrregião de Guarabira e na Mesorregião do Agreste Paraibano, com uma área de 85 km², a população total é de 13.576 habitantes (IBGE, 2010).

O mesmo foi criado em 1953, limita-se com os municípios de Mulungu (12,5 km), Guarabira (12 km), Cuitegi (7 km), Areia (16,5 km), Alagoa Grande (18 km) encontra-se inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formado por maciços e outeiros altos, com altitudes variando entre 650 a 1.000 metros (Figura 1). O clima é ameno, com temperaturas que chegam a 14°C no inverno e, em dias quentes, a 33°C.

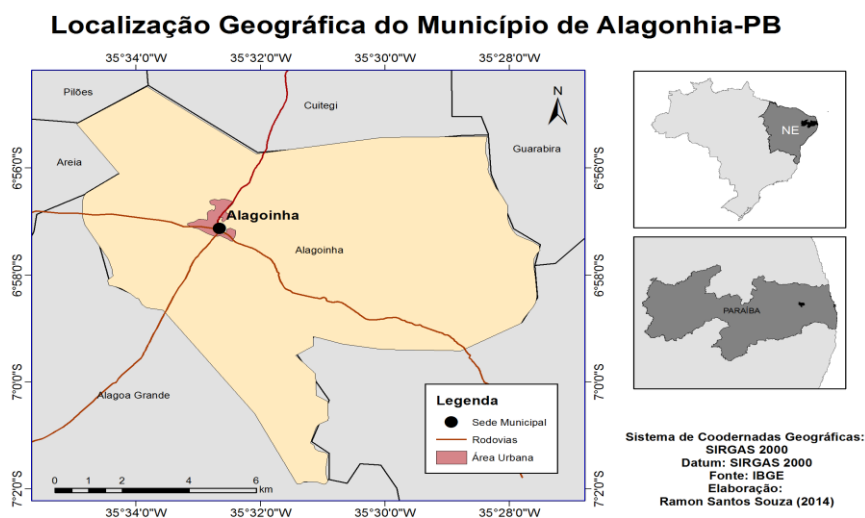


Figura 1: Localização Geográfica da Cidade de Alagoinha/PB
Fonte: Org. por: Ramon Santos Souza, 2014.

Alagoinha está inserida nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Mamanguape e tem como principais tributários os riachos Mumbuca e Poções. Conta com tratamento e abastecimento de água próprio que vem da barragem do Tauá e os principais cursos d'água no município têm regime de escoamento intermitente.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA – A EMEF JOSÉ CABRAL DE ALBUQUERQUE, ALAGOINHA/PB

A Escola Municipal José Cabral de Albuquerque de pequeno porte, encontra-se localizada na zona rural, no Sítio Agrovila Ribeiro Novo. CEP: 58390-000, em Alagoinha - PB. (Figura 2)

A mesma foi construída no ano de 1983, em um terreno que tinha com proprietário o senhor José Cavalcante que vendeu para o INCRA que tinha uma parceria com o projeto PROCANOR e o Banco do Nordeste, juntos construíram a escola. Foi denominado em homenagem ao Senhor de Engenho José Cabral de Albuquerque, que era proprietário do Engenho Balacinho, o qual forneceu trabalho para os moradores da comunidade de Ribeiro Novo.



Figura 2: Escola José Cabral da Albuquerque, Alagoinha/PB
Fonte: Pesquisa da Autora, 2012.

A Escola Municipal José Cabral de Albuquerque iniciou suas atividades no ano de 1986 com um número reduzido de aluno, com apenas 35 estudantes, tendo com primeira professora a Senhora Diomar Pereira da Silva. A estrutura física da instituição está distribuída com: duas salas de aula, sanitários, cozinha, despensa, banheiro, pátio de recreação, todos em

perfeitas condições de funcionamento. Podemos constatar que a escola oferece uma boa estrutura física e que na medida do possível atende seus alunos melhorando a cada dia as condições e conforto.

Esta Instituição de Ensino tem hoje matriculados 25 alunos, estudando em sala multi seriado e conta com a participação de profissionais de apoio, como uma auxiliar de serviços gerais, duas professoras, uma diretora escolar e profissionais da área de saúde que contribui com práticas de higiene e palestras informativas.

No quadro dos docentes da escola objeto dessa pesquisa, podemos observar que os profissionais são todos bem qualificados com curso superior e especializações e têm uma visão de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, favorecendo ao educando o direito de participar ativamente das aulas assumindo um compromisso com seus alunos e a comunidade buscando não só o repasse de conteúdo, mas a formação social e intelectual do aluno. O corpo docente juntamente com os orientadores e coordenadores pedagógicos se reúnem quinzenalmente para planejar as atividades que trabalharam no decorrer de cada quinzena.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo são expostas as atividades realizadas pelo projeto de extensão inserida na Escola de Ensino Fundamental José Cabral de Albuquerque bem como os resultados e discussões.

4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO/CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CABRAL DE ALBUQUERQUE ALAGOINHA- PB

A escola José Cabral de Albuquerque tem como diretora, a senhora Ieda Silva, que juntamente com a professora Diomar, a agente de Saúde conhecida com Didi colaboraram com esta pesquisa.

As atividades foram planejadas de forma Intersetorial com os profissionais da área de saúde e educação. Assim, as atividades foram divididas em temáticas e organizadas segundo o perfil dos educandos como: a questão da destinação dos resíduos sólidos no entorno da escola; temática água na perspectiva da preservação dos cursos d'água, benefícios, utilização e desperdício, e a questão do lixo doméstico. Essas atividades foram discutidas e trabalhadas em dias temáticos no período de março a novembro de 2013.

No primeiro momento a perspectiva foi de apresentar para os alunos o tema com perspectiva de envolver os alunos e buscar a atenção dos mesmos, utilizando-se dos recursos didáticos como cartazes e figuras ilustrativas iniciando a círculo de conversas sobre temática da saúde ambiental (Figuras 3 e 4).

Estudos na área da Saúde Ambiental têm demonstrado que a degradação ambiental tem interferido na saúde das populações globais pela adoção de um modelo insustentável de produção e de consumo em larga escala. Esse modelo desconsidera a limitação dos recursos naturais e o excesso de resíduos produzidos, que em sua maioria são dispostos de maneira inadequada, contaminando os mananciais de água, o solo e o ar, e submetendo parcelas significativas da população a precárias condições de moradia, de transporte e de trabalho, e as políticas públicas para promover – las ainda em suas melhorias são insuficientes (AUGUSTO, 2002).



Figura 3 - Palestra de Sensibilização na Escola José Cabral de Albuquerque, Alagoinha/PB, Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 4 - Professores e alunos participando da palestra de Educação Ambiental na Escola José Cabral de Albuquerque, Alagoinha/PB, Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.

É de grande importância envolver os alunos e a escola nessa etapa do projeto de modo a serem pequenos agentes ambientais. A educação e a saúde, principalmente das crianças, vive um novo momento que exige de nós uma nova forma de educar ambientalmente, ainda em processo de descoberta e registro.

Durante a segunda intervenção na escola, realizou-se uma aula de campo na comunidade que está localizada a escola com o objetivo de mostrar a riqueza dos recursos naturais existentes na localidade (Figuras 5 e 6).



Figura 5 - Aula de campo realizada com os alunos ao redores da Comunidade Agrovila Ribeiro Novo. Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 6 - Reconhecimento dos recursos naturais da comunidade. Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.

4.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

No dia de conscientização, estavam presentes os moradores da comunidade, lideranças comunitárias, profissionais da escola e alunos para a realização de um dia “D” de mobilização com apresentação dos cartazes elaborados pelos os alunos para a comunidade, limpeza do córrego passa na comunidade e na conversa informal de cada criança alertando para os riscos do lixo para nossa saúde. Destacando que hora de descartar os resíduos sólidos, a atenção deve ser redobrada. Os impactos de possíveis descuidos podem atingir não só os espaços públicos com contaminação, mas também a nossa saúde.

[...] uma estratégia de ação ambiental, preventista e participativa em nível local, que reconhece o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável e adequado, e a ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde, bem-estar e sobrevivência, ao mesmo tempo em que define suas responsabilidades e deveres em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde. (VARGAS e OLIVEIRA, 2007, p.452)

Dessa forma a comunidade e os alunos foram instigados a rever suas atitudes em relação ao lixo depositado no córrego e aos redores da comunidade, chamando assim a responsabilidade pra si e buscando novos hábitos começando pelo mutirão de limpeza composto pelos alunos, pais, professores (figuras 7 e 8).



Figura 7 - Equipe formada para a limpeza do córrego.

Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 8- Mutirão da limpeza em ação.

Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.

Quanto o dia temático foi realizado uma atividade interdisciplinar em comemoração e reflexão sobre a importância da natureza para a vida humana (figuras 9 e 10).



Figura 9 – Leitura e exibição de vídeo sobre o Dia do Meio Ambiente.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 10 – Atividade interdisciplinar em comemoração ao Dia do Meio Ambiente.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.

Vasconcellos (2002) afirma:

“a escola pública é o espaço ainda não contaminado pela sociedade de consumo capaz de educar ambientalmente, quando os adultos que a ocupam centralizam seus interesses na melhor educação que podem dar às crianças, com os recursos que podem oferecer a elas. O segredo é usar muito bem o que se pode obter.” (Vasconcellos, 2002 (b), p.46).

Na Educação Ambiental é essencial uma prática educativa fundamentada na premissa de que a sociedade é um lugar de conflitos, os quais ocorrem nas diferentes realidades, entre elas política, econômica, social e valores. Em razão disso, a conscientização, já nas séries iniciais do Ensino Fundamental torna-se evidentemente necessária, instigando-o a manutenção e respeito pela preservação do meio ambiente, conquistando a condição de cidadão ativo e participativo da sociedade que integra.

Faz-se necessário que se assuma a transformação individual como meio para a sociedade atingir, uma conduta ambientalmente responsável. Além disso, a transformação individual decorre do engajamento do sujeito num projeto coletivo para construção de práticas sociais ambientalmente saudáveis.

Na prática, assumir diariamente condutas coerentes com as práticas de proteção ambiental pode estar além das possibilidades da grande maioria das pessoas, por isso, o esforço da Educação Ambiental deve ser direcionado para uma nova percepção de vida ,

assim como buscar ações de maneira coletiva e organizada, envolvendo escola, alunos, professores e comunidade.

O processo ensino-aprendizagem precisa estruturar-se no sentido de superar a fragmentação de exploração da realidade mediante a construção do conhecimento sobre ela, valorizando a ação, a reflexão, o diálogo com os sujeitos envolvidos; respeitar a pluralidade e diversidade cultural, buscar projetos e ações que estimulem os sujeitos como nos exemplos destacados, fortalecer o coletivo, articular os diferentes saberes e fazeres possibilitando o envolvimento dos diversos atores sociais na gestão ambiental. O grande desafio é construir uma postura educacional no cotidiano da sala de aula, onde a possibilidade da superação da participação passiva e alienada seja substituída pela participação ativa e coletiva, despertando no aluno seu papel de cidadão, lutando contra aquilo que impede a efetivação da educação libertadora, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Nesta perspectiva, a Educação Ambiental foi trabalhada com muito esforço e o processo estratégico no qual considera a dimensão ambiental nas variadas esferas do cotidiano, buscando a conquista da qualidade de vida, para que o ser humano cresça consciente do seu papel de cidadão. Trabalhar com a prática da Educação Ambiental reforça a importância da abordagem, onde os bons resultados colhidos a longo prazo são os estimuladores desta tarefa.

Por intermédio das observações e intervenção feitas na escola é possível refletir sobre a necessidade de práticas educacionais que valorizam os indivíduos enquanto seres atuantes, e as crianças enquanto seres em processo de formação da personalidade. É fundamental adotar a Educação Ambiental como princípio formador no currículo, centrando-se na idéia da participação de todos na gestão dos seus respectivos lugares, seja a escola ou na comunidade. Tornando – se assim o indivíduo capaz de realizar escolhas, tomando decisões, realizando ações reflexivas e deliberadas no seu meio.

Os instrumentos metodológicos ajudam os envolvidos a compreender as questões abordadas, aumentando a confiança, ampliando conhecimentos, assim como a maneira de ordenar os pensamentos. Por intermédio destas trocas, os participantes podem tomar consciência da identidade grupal, respeitando a si mesmo e aos outros mediante o falar e o ouvir.

As dinâmicas de grupo, como destacado anteriormente, possibilitam o aprofundamento de conteúdos curriculares, a discussão de problemas detectados no diagnóstico, considerando suas múltiplas dimensões, suas causas, consequências e possíveis soluções, além do planejamento coletivo de ações.

A questão ambiental nas séries iniciais do Ensino Fundamental centra-se, sobretudo, no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas, assim como no domínio de procedimentos e não somente na aprendizagem de conceitos, uma vez que diversos dos conceitos em que o professor se baseia para tratar dos assuntos ambientais pertencem às áreas disciplinares.

A prática cotidiana tem refletido sobre a tendência de preservação do meio ambiente, onde, mesmo através de atitudes simples, estas refletem a conscientização de uma parcela cada vez maior da população, como se verifica em Martine (1996). A escola, dentro do processo, mostrou-se significativa intermediadora, mesmo tendo ainda longo caminho a ser percorrido.

Os alunos buscaram o fortalecimento de valores adquiridos no seio familiar, assim como enriquecer-se culturalmente e princípios de cidadania. Na dinâmica, o fortalecimento de valores como a preservação e sustentabilidade ambiental já fazem parte da rotina, onde aulas ou noções de cidadania não podem se embasar apenas em manuais ou currículos, constituindo-se práticas constantes e promovendo a interiorização dos papéis dos agentes sociais.

Tais valores têm como decorrências o equilíbrio dinâmico homem/natureza, a ampliação da qualidade de vida e do exercício de cidadania para todos, a reversão dos atuais quadros de miséria, a alteração de hábitos de consumo, a readequação do atual modelo econômico, a defesa da biodiversidade e de áreas de relevante importância para o equilíbrio ambiental global. O processo permanente de transformação, do qual a sociedade deve participar, necessita ser estruturado em bases éticas, que incluam valores de caráter ambiental relativos à proteção à vida, ao exercício da cidadania e à defesa do meio ambiente global.

Contudo, as atividades não restringiram somente a leituras teóricas e consultas aos manuais. Foram feito passeio pela comunidade, orientações quanto à coleta seletiva, além de trabalhos na rotina de sala de aula, com desenhos, redações, leituras. A vivência e o repertório do aluno sempre devem ser levados em consideração no contexto, assim como o seu convívio familiar. É cotidianamente que a prática da Educação Ambiental se faz necessária, por meio de pequenos atos dando início às grandes transformações, tendo a instituição escolar como aliada; uma vez que o indivíduo percebe a relevância de hábitos e atitudes tanto para si quanto para o meio, torna-se mais fácil sua conscientização.

Valorizando a vida, o respeito, a cooperação, a solidariedade, o ser humano, de maneira espontânea, volta-se à natureza e, conseqüentemente, busca preservar o meio ambiente; terá então uma noção clara de que tudo é integrado, tudo é interligado; trata-se, portanto, de uma

iniciativa individual para depois se tornar coletiva, em um processo contínuo desde as séries iniciais do Ensino Fundamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no levantamento teórico feito sobre a temática objeto da presente pesquisa, é possível tecer os seguintes comentários:

- A educação ambiental deve contribuir para que o ser humano venha a se construir por si mesmo e a se transformar em sujeito consciente, capaz de transformar o mundo através de sua ação, “de captar a realidade e de expressá-la por meio de sua linguagem criadora, obtendo conhecimentos de si mesmos e do mundo em que vivem” (FREIRE, 1982, p. 65, apud ALVES, 2007, p. 56);
- De fato a mudança do ser humano para um ser consciente ambientalmente é necessária e de grande importância. A questão é, quando e como mudar, transformar. Contudo, para haver uma mudança significativa, faz-se necessária vontade, iniciativa e ação individual;
- A sociedade precisa reconhecer-se importante na construção da história comunitária, ou mesmo, individual é um grande passo na trajetória de iniciativas populares a fim de tornarem-se partes fundamentais nas mudanças e tomadas de decisões significativas dentro de um contexto. O diálogo entre seres sociais com ideais e perspectivas diferentes traz o crescimento individual e coletivo;
- A Educação Ambiental tem um grande desafio, educar e garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam uma relação saudável com o planeta e seus recursos, os valores éticos, crenças e respeito entre aluno, comunidade e escola.

Observando que no mundo moderno, muitas pessoas não respeitam o Meio Ambiente, esta pesquisa foi desenvolvida para ajudar a conscientizar alunos, principalmente do primeiro ano, pois quanto mais cedo este trabalho começar, mais chance tem-se de torná-los cidadãos conscientes. Ela buscou mostrar a Educação Ambiental como ferramenta na construção de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública, no município de Alagoinha- PB.

De acordo com pesquisa, foi possível compreender que cada educando pode ser despertado a transformar o meio ambiente. Em um mundo cheio de catástrofes, é imprescindível despertar cidadãos com senso crítico. Por este motivo, foi trabalhado o tema exposto, com alunos do primeiro ano do ensino fundamental, para que cresçam cientes de seu papel na sociedade. Mais do que nunca, a escola e os professores devem ajudar os alunos a desenvolverem seu papel crítico, tornando-os seres atuantes na sociedade.

Alternativas existem. É necessário buscá-las e praticá-las.

- Conversas informativas com pais, alunos, gestores e educandos.
- Dinâmicas voltadas para a formulação de questões que envolvam o meio ambiente.
- Passeios ecológicos; o que estimular o prazer de cuidar do ambiente que estão inseridos.

Enfim, diante deste estudo conclui-se que a escola deve oportunizar a formação de pessoas atuante na sociedade e isto deve começar nas séries iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2014.
- AB' SABER, A. Revista Nova Escola, n. 139, p. 23, jan/fev., 2001.
- ALVES, Carlos Antônio Belarmino. Educação Ambiental e formação de uma mentalidade ecológica: um estudo sobre a eficácia das ações desenvolvidas no Ensino Fundamental. Lisboa, p.56, 2007.
- AUGUSTO, L. G. da S.; FREITAS, C. M.; TORRES, J. P. M. Risco ambiental e contextos vulneráveis: implicações para a vigilância em saúde. Informe Epidemiológico do Sus. Recife, 2002. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/iesus/v11n3/v11n3a05.pdf>
Acesso em: 15 ago.2014
- BARCELOS, T. M. Subjetividade: inquietações contemporâneas. Educação e filosofia p. 149-159, 2002.
- BARCELOS, Valdo. Educação ambiental e literatura: a contribuição das ideias de Octávio Paz. In: NOAL, Fernando Oliveira.; BARCELOS, Valdo. (Orgs). Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- BRASIL. Agenda XXI da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio 92, Rio de Janeiro, 1992.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.
- _____. Lei n. 9.795, 27 de abril de 1999.
- _____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CALDART, R. S. Pedagogia do movimento sem-terra. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CAPRA, F.. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In. TRIGUEIRO, A. (Coord.) Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante,2003.
- CASCINO, F. Educação ambiental – princípios, história e formação de professores. Senac, SP, 1999.
- DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9a ed. São Paulo. Gaia, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 2006.

DOWBOR, L. A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada. Vozes, Petrópolis, 1998.

FREIRE, Paulo. Conscientização Teoria e Prática da Libertação: Uma introdução ao pensamento Paulo Freire. São Paulo: Centauro, p. 102, 1980. In. ALVES, Carlos Antônio Belarmino. Educação Ambiental e formação de uma mentalidade ecológica: um estudo sobre a eficácia das ações desenvolvidas no Ensino Fundamental. Lisboa, p.56, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. (Orgs.) Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 26, 2009.

GUEDES, José Carlos de Souza. Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GRUN, M. Ética e Educação: a conexão necessária. 12.ed. Campinas: Papirus, 2009. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

LISBOA, Cassiano Pamplona. KINDEL, Eunice Aita Isaia. (Org.) Educação Ambiental: da teoria a prática. Ensino Regular. Editora Mediação. Porto Alegre, 2012.

LINDNER, Edson Luiz. Refletindo sobre o ambiente. Editora Mediação. Porto Alegre, p. 15, 2012 In. LISBOA, Cassiano Pamplona. KINDEL, Eunice Aita Isaia. (Org.) Educação Ambiental: da teoria a prática. Ensino Regular. Editora Mediação. Porto Alegre, 2012.

MATTOS, P F. Estudo Da Aplicação Da Educação Ambiental em Escola Municipal Anexo Do Novo Buritizeiro Pela Emater De Buritizeiro – MG. Trabalho de Conclusão de Curso. Pirapora, 2011.

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento, verdades e contradições. (Org.) Campinas/SP: Unicamp, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, p. 67, Brasília, 2005.

MUNHOZ, Tânia. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental, 2004. Disponível em: emaberto.inep.gov.br. Acesso em: 07/10/2014, 15:05hs

NALINE, J. R. Ética Ambiental. Millennium, Campinas, SP. 2001.

NOAL, F.; BARCELOS, V. (org's). Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002

REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2002.

REIGOTA Marcos Antônio dos Santos. O estado da arte da educação ambiental no Brasil. Sorocaba: Universidade de Sorocaba (Relatório de Pesquisa), p. 10. 2003

REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. Revista da Avaliação da Educação Superior. Vol. 12 no. 2. Campinas, 2007.

ROCCO, R. Legislação Brasileira do Meio Ambiente. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: Rima 2002.

TRAVASSOS, Edson Gomes. A prática da Educação Ambiental nas escolas. Porto Alegre: Mediação, 2004.

VASCONCELLOS, H.S.R. A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental.p.46, 2002 In: PEDRINI, A. G.(Org.) Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. 6ª Edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

VARGAS, L. A.; OLIVEIRA, T; F. V. de. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro. Revista de Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n.3,p.451-456,2007.

Disponível em: <http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo>

Acesso em: 03 mar. 2009

VEMAQA. Vara Especializada do Meio Ambiente de Questões Agrárias. Legislação ambiental brasileira. 3. ed. Manaus:, 1999/2000.

Sites:

www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html

Acesso em : 17/10/14 às 20:56 hs

ava.mma.gov.br/

Acesso em: 17/10/14 às 21:30hs

ANEXO



Figura 11 - Sala de aula.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 12 - Atividades dos alunos.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 13 - Alunos do Infantil na conscientização da comunidade.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 14 - Alunos, funcionários e comunidade na limpeza do córrego.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.



Figura 15 - Comunidade Agrovila Ribeiro Novo. Alagoínia/PB.
Fonte: Pesquisa da Autora, 2013.